

## **DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO**

- Atos publicados na I e II Série -

### **NEWSLETTER DIGESTO Nº 10/2012**

**Disponibilização:** 21 de maio de 2012

**Período abrangido:** 07 a 18 de maio de 2012

#### **ÍNDICE TEMÁTICO**

- 1. ADMINISTRAÇÃO ELETRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA**
- 2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA**
- 3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
- 4. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**
  - **AGRICULTURA**
  - **PESCAS**
  - **VITIVINICULTURA**
- 5. AMBIENTE**
- 6. ASSUNTOS EUROPEUS**
  - **FUNDOS COMUNITÁRIOS**
- 7. CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**
- 8. COMÉRCIO**
- 9. CULTURA**
- 10. EDUCAÇÃO**
- 11. EMPRESAS**
- 12. ENERGIA**
- 13. FINANÇAS**
  - **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**
  - **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**
- 14. GOVERNO**
- 15. INDÚSTRIA**
- 16. JUSTIÇA**
- 17. REGIÕES AUTÓNOMAS**
  - **AÇORES**
  - **MADEIRA**

- 18. SAÚDE**
- 19. SEGURANÇA SOCIAL**
- 20. TRABALHO**
- 21. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**

- **TRANSPORTE MARÍTIMO**

- 22. TURISMO E LAZER**



## **1. ADMINISTRAÇÃO ELETRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA**

### **Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio** **(Presidência do Conselho de Ministros)**

Regula o dever de informação e a emissão de parecer prévio relativos à aquisição de bens e à prestação de serviços no domínio das tecnologias de informação e comunicação

## **2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

### **Lei Orgânica n.º 1/2012, de 11 de maio** **(Assembleia da República)**

Segunda alteração à Lei n.º 44/86, de 30 de setembro (Regime do estado de sítio e do estado de emergência)

## **3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

### **Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2012, de 09 de maio** **(Presidência do Conselho de Ministros)**

Autoriza a despesa com a disseminação da solução GeRFIP pelos órgãos e serviços da Administração Pública, durante o ano de 2012

## **4. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**

- **AGRICULTURA**

### **Decreto-Lei n.º 100/2012, de 07 de maio** **(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)**

Procede à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 154/2004, de 30 de junho, que estabelece o regime geral do Catálogo Nacional de Variedades de Espécies Agrícolas e de Espécies Hortícolas, procedendo à transposição da Diretiva de Execução n.º 2011/68/UE, da Comissão, de 1 de julho de 2011

### **Decreto-Lei n.º 101/2012, de 11 de maio** **(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)**

Cria uma linha de crédito com juros bonificados, dirigida prioritariamente a operadores do setor da pecuária extensiva, que exerçam as atividades da bovinicultura, caprinicultura, ovinicultura, equinicultura, suinicultura e apicultura, com vista a compensar o aumento dos custos de produção resultantes da seca

- **PESCAS**

### **Portaria n.º 141/2012, de 14 de maio** **(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)**

Estabelece para 2012, a título excecional e por motivos biológicos, os períodos de interdição da pesca com ganchorra

- **VITIVINICULTURA**

**Portaria n.º 142/2012, de 15 de maio**

**(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)**

Primeira alteração à Portaria n.º 700/2008, de 29 de julho, que fixa, para o território do continente, as regras complementares de aplicação do n.º 5 do artigo 92.º do Regulamento (CE) n.º 497/2008, do Conselho, de 29 de abril, relativamente à transferência de direitos de replantação entre explorações

**Portaria n.º 151/2012, de 18 de maio**

**(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)**

Define o regime para a produção e comércio dos produtos vitivinícolas da denominação de origem (DO) Távora-Varosa e da indicação geográfica (IG) Terras de Cister

## **5. AMBIENTE**

**Decreto-Lei n.º 109/2012, de 18 de maio**

**(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)**

Assegura a execução do Regulamento (CE) n.º 1102/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2008, relativo à proibição da exportação de mercúrio metálico e de determinados compostos e misturas de mercúrio e o armazenamento seguro de mercúrio metálico

## **6. ASSUNTOS EUROPEUS**

- **FUNDOS COMUNITÁRIOS**

**Decreto-Lei n.º 99/2012, de 07 de maio**

**(Ministério das Finanças)**

Institui a Comissão Interministerial de Orientação Estratégica dos Fundos Comunitários e Extracomunitários

## **7. CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

**Despacho n.º 6133/2012, de 10 de maio**

**(Ministério da Solidariedade e da Segurança Social - Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P.)**

Produtos de apoio para pessoas com deficiência (ajudas técnicas)

## **8. COMÉRCIO**

**Decreto-Lei n.º 100/2012, de 07 de maio**

**(Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território)**

Procede à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 154/2004, de 30 de junho, que estabelece o regime geral do Catálogo Nacional de Variedades de Espécies Agrícolas e de Espécies Hortícolas, procedendo à transposição da Diretiva de Execução n.º 2011/68/UE, da Comissão, de 1 de julho de 2011

## 9. CULTURA

### Despacho n.º 6343/2012, de 15 de maio

#### **(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado da Cultura)**

Designa o pianista Adriano Eurico Santiago Nogueira Jordão para integrar o Conselho Geral do Comissariado-Geral Português para o Ano de Portugal no Brasil e para o Ano do Brasil em Portugal em 2012-2013

### Despacho n.º 6344/2012, de 15 de maio

#### **(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado da Cultura)**

Designa o diretor-geral do Gabinete de Estratégia e Avaliação Culturais, Dr. Henrique de Matos Parente, como representante do Estado Português no Conselho de Fundadores da Fundação Paula Rego

### Despacho n.º 6345/2012, de 15 de maio

#### **(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado da Cultura)**

Designa a arquiteta Inês Lobo como comissária nacional na 13.ª Mostra Internacional de Arquitetura - Bienal de Veneza

## 10. EDUCAÇÃO

### Acórdão n.º 176/2012, de 08 de maio

#### **(Tribunal Constitucional)**

Julga inconstitucional a norma do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 393-A/99, de 2 de outubro, na redação dada pelo artigo 46.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 272/2009, de 1 de outubro, quando interpretada no sentido de exigir a estudante abrangido por este regime que obtenha as classificações mínimas fixadas pelos estabelecimentos de ensino superior para as provas de ingresso e para nota de candidatura no âmbito do regime geral de acesso, quando parte dessas provas foi realizada antes da mencionada alteração legislativa

### Despacho n.º 6120/2012, de 10 de maio

#### **(Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral do Ensino Superior)**

Aprova os prazos em que devem ser praticados os atos a que se refere o Decreto-Lei n.º 393-A/99, de 2 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 272/2009, de 1 de outubro, para o acesso e ingresso no ensino superior, no ano letivo de 2012-2013, através dos regimes especiais

### Declaração de Retificação n.º 24/2012, de 11 de maio

#### **(Presidência do Conselho de Ministros)**

Retifica a Portaria n.º 91/2012, de 30 de março, do Ministério da Educação e Ciência, que procede à segunda alteração à Portaria n.º 550-E/2004, de 21 de maio, que cria diversos cursos do ensino recorrente de nível secundário, aprova os respetivos planos de estudos e aprova o regime de organização administrativa e pedagógica e de avaliação aplicável aos cursos científico-humanísticos, aos cursos tecnológicos e aos cursos artísticos especializados, nos domínios das partes visuais e dos audiovisuais, de ensino recorrente de nível secundário, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 65, de 30 de março de 2012

### Portaria n.º 152/2012, de 18 de maio

#### **Ministério da Educação e Ciência**

Aprova as alterações ao Regulamento do Concurso Local para a Matrícula e Inscrição no Curso de Licenciatura em Música - Universidade de Évora e revoga a Portaria n.º 852/2010, de 6 de setembro

## **11. EMPRESAS**

### **Lei n.º 19/2012, de 08 de maio** **(Assembleia da República)**

Aprova o novo regime jurídico da concorrência, revogando as Leis n.os 18/2003, de 11 de junho, e 39/2006, de 25 de agosto, e procede à segunda alteração à Lei n.º 2/99, de 13 de janeiro

### **Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2012, de 09 de maio** **(Presidência do Conselho de Ministros)**

Autoriza a despesa com a disseminação da solução GeRFiP pelos órgãos e serviços da Administração Pública, durante o ano de 2012

## **12. ENERGIA**

### **Portaria n.º 139/2012, de 14 de maio** **(Ministério da Economia e do Emprego)**

Procede à revogação do regime de prestação de serviços de garantia de potência dos centros eletroprodutores ao Sistema Elétrico Nacional e do respetivo mecanismo de remuneração e estabelece os princípios orientadores da regulamentação do regime de subsidiação substituto, e revoga a Portaria n.º 765/2010, de 20 de agosto

### **Portaria n.º 140/2012, de 14 de maio** **(Ministério da Economia e do Emprego)**

Estabelece os termos da tarifa de referência do regime remuneratório aplicável às instalações de cogeração

## **13. FINANÇAS**

### **• CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

#### **Portaria n.º 135-A/2012, de 08 de maio** **(Ministério das Finanças)**

Regulamenta a estampilha especial para a selagem dos produtos de tabaco manufacturado declarados

#### **Portaria n.º 135-B/2012, de 08 de maio** **(Ministério das Finanças)**

Fixa a percentagem do Fundo de Estabilização Tributário

### **• QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

#### **Lei n.º 20/2012, de 14 de maio** **(Assembleia da República)**

Primeira alteração à Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira

## **14. GOVERNO**

### **Lei n.º 20/2012, de 14 de maio** **(Assembleia da República)**

Primeira alteração à Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira

## 15. INDÚSTRIA

### Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2012, de 18 de maio (Presidência do Conselho de Ministros)

Lança o Programa da Indústria Responsável com vista à melhoria do ambiente de negócios, à redução de custos de contexto e à otimização do enquadramento legal e regulamentar relativo à localização, instalação e exploração da atividade industrial

## 16. JUSTIÇA

### Acórdão n.º 8/2012, de 08 de maio (Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 146.º, n.º 2, alínea b), do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, quando interpretada no sentido segundo o qual o prazo de caducidade da ação de verificação ulterior de créditos, aí fixado, é sempre de um ano a partir da data do trânsito em julgado da sentença de declaração de insolvência, independentemente da data em que o credor comum dela tenha efetivo conhecimento

### Acórdão n.º 159/2012, de 08 de maio (Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucionais as normas dos artigos 152.º, n.os 1 e 3, do Código da Estrada e 4.º, n.º 1, do Regulamento para a Fiscalização da Condução sob a Influência de Álcool

### Acórdão n.º 176/2012, de 08 de maio (Tribunal Constitucional)

Julga inconstitucional a norma do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 393-A/99, de 2 de outubro, na redação dada pelo artigo 46.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 272/2009, de 1 de outubro, quando interpretada no sentido de exigir a estudante abrangido por este regime que obtenha as classificações mínimas fixadas pelos estabelecimentos de ensino superior para as provas de ingresso e para nota de candidatura no âmbito do regime geral de acesso, quando parte dessas provas foi realizada antes da mencionada alteração legislativa

## 17. REGIÕES AUTÓNOMAS

### • AÇORES

#### Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2012/A, de 08 de maio (Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Cria o Parque Arqueológico Subaquático do Dori, na ilha de São Miguel

#### Decreto Regulamentar Regional n.º 13/2012/A, de 09 de maio (Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Dá nova redação ao artigo 2.º do Decreto regulamentar Regional n.º 9/2008/A, de 7 de maio, que regula a atividade ocupacional temporária de trabalhadores beneficiários de prestação de desemprego

#### Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 187/2012, de 18 de maio (Tribunal Constitucional)

Declara a ilegalidade, com força obrigatória geral, da norma constante do artigo 27.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/2011/A, de 10 de março (regime jurídico das farmácias de oficina na Região Autónoma dos Açores), por violação do artigo 59.º, n.º 2, alínea e), do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores

- **MADEIRA**

**Decreto Legislativo Regional n.º 9/2012/M, de 14 de maio**  
**(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)**

Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2011/M, de 29 de julho, que estabelece, na Região Autónoma da Madeira, o regime excecional de liberação das cauções prestadas para garantir a execução de contratos de empreitada de obras públicas

## **18. SAÚDE**

**Portaria n.º 194/2012, de 10 de maio**  
**(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)**

Revê o regime especial de comparticipação de medicamentos destinados ao tratamento da doença de hepatite C

**Portaria n.º 137-A/2012, de 11 de maio**  
**(Ministério da Saúde)**

Estabelece o regime jurídico a que obedecem as regras de prescrição de medicamentos, os modelos de receita médica e as condições de dispensa de medicamentos, bem como define as obrigações de informação a prestar aos utentes

**Despacho n.º 6716/2012, de 17 de maio**  
**(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)**

Estabelece regras específicas para a dispensa das terapêuticas com antirretrovíricos às pessoas que vivem com VIH/sida e adequada utilização do sistema SI.VIDA

**Despacho n.º 6717/2012, de 17 de maio**  
**(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)**

Atualização de preços, a pagar pelo SNS, pelo transporte não urgente de doentes

## **19. SEGURANÇA SOCIAL**

**Despacho n.º 6133/2012, de 10 de maio**  
**(Ministério da Solidariedade e da Segurança Social - Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P.)**

Produtos de apoio para pessoas com deficiência (ajudas técnicas)

**Decreto-Lei n.º 102/2012, de 11 de maio**  
**(Ministério da Solidariedade e da Segurança Social)**

Estabelece o regime do Fundo de Socorro Social

## **20. TRABALHO**

**Declaração de Retificação n.º 23/2012, de 11 de maio**  
**(Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral)**

Retifica o Decreto-Lei n.º 64/2012, de 15 de março, do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, que procede à alteração do regime jurídico de proteção no desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, beneficiários do regime geral de segurança social, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 54, de 15 de março de 2012



## **21. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**

- **TRANSPORTE MARÍTIMO**

**Lei n.º 18/2012. D.R. de 07 de maio**  
**(Assembleia da República)**

Transpõe a Diretiva n.º 2009/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril, que estabelece os princípios fundamentais que regem a investigação técnica de acidentes no setor do transporte marítimo

## **22. TURISMO E LAZER**

**Portaria n.º 138/2012, de 14 de maio**

**(Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Economia e do Emprego)**

Primeira alteração à Portaria n.º 517/2008, de 25 de junho, que estabelece os requisitos mínimos a observar pelos estabelecimentos de alojamento local